



Gênero e sexualidade sob a perspectiva dos estudos feministas e *queer*: notas sobre as contribuições de Judith Butler e Paul B. Preciado¹

Gender and sexuality from the perspective of feminist and queer studies: notes on the contributions of Judith Butler and Paul B. Preciado

*Carla Miucci Ferraresi de Barros*²

*Fabício Marçal Vilela*³

RESUMO: O artigo traz algumas das discussões contemporâneas apresentadas pelos Estudos Feministas e pelos Estudos *Queer*, abordando as ideias da filósofa estadunidense Judith Butler e do filósofo espanhol transfeminista Paul B. Preciado. Apresentamos suas contribuições para a construção e a problematização das categorias analíticas de gênero e

¹ O presente artigo faz parte de uma versão de um capítulo apresentado na dissertação defendida no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Ver VILELA, Fabrício Marçal. *Tecnologia da visualidade [recurso eletrônico]: a representação de gênero e sexualidade no filme A Mulher De Todos (1969) do cineasta Rogério Sganzerla* / Fabrício Marçal Vilela. - 2020. Orientadora: Carla Miucci Ferraresi de Barros. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História.

² Professora Doutora, docente dos Programas de Graduação e Pós-Graduação do Instituto de História da Universidade de Uberlândia, onde ministra a disciplina História, Gênero e Sexualidade. Idealizadora, Coordenadora e Curadora do Festival Audiovisual Curta (C)errado.

³ Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal. Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica. Professor (contratado) de História da Rede pública Estadual de Minas Gerais. Membro do NEGUEM (Núcleo de Estudos de Gênero da UFU. Estudioso de Gênero, Sexualidade, Teoria queer e Cinema Marginal Brasileiro, idealizador (junto com sua irmã Mariluiza Vilela) do coletivo LGBT "As cores do Pontal" (2013-2017) e é ativista LGBT+ e feminista.

sexualidade, assim como as reflexões sobre agência, performatividade, sexopolítica e contrasexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, sexualidade, Teoria queer, Judith Butler, Paul B. Preciado

ABSTRACT: The article brings some of the contemporary discussions presented by Feminist Studies and Queer Studies, based on the ideas of the American philosopher Judith Butler and the Spanish philosopher and transfeminist Paul B. Preciado. We present their contributions to the construction and questioning of the analytical categories of gender and sexuality, as well reflections on agency, performativity, sexpolitics and countersexuality.

KEYWORDS: Gender, Sexuality, Queer Theory, Judith Butler, Paul B. Preciado

* * *

Introdução

O presente artigo traz algumas das discussões apresentadas pelos Estudos Feministas e os Estudos *Queer*, abordando suas contribuições para a construção e problematização das categorias analíticas de gênero e sexualidade. O objetivo é interpelar sobre os instrumentos teórico-metodológicos que fundamentam alguns desses estudos, buscando evidenciar as ferramentas conceituais apresentadas por eles para que, a partir delas, possa-se pensar sobre possibilidades de metodologias de análise de fontes para a área de história.

Num primeiro momento, o artigo buscará relacionar historicamente o ativismo do movimento feminista estadunidense conhecido popularmente como a “segunda onda” e o contexto acadêmico do surgimento dos *Women’s Studies*, em que se destaca o trabalho de Simone de Beauvoir, no campo da Filosofia. Posteriormente serão apresentadas as contribuições teórico-metodológicas de estudiosas feministas do campo da Teoria de Gênero, seguido da Teoria *Queer*, onde se destacam os trabalhos de teóricas como

Gayle Rubin e Joan Scott. Na sequência apresentamos o debate entre Judith Butler e Paul B. Preciado, foco desse artigo.

1 –Estudos da Mulher: construindo um campo de estudos feministas

Para entendermos como os Estudos Feministas surgiram e como eles abrem oportunidades para que os/as pesquisadores/as possam utilizá-los em suas pesquisas acadêmicas, faz-se necessário traçar um breve histórico da segunda onda do Movimento Feminista estadunidense, em seus âmbitos teórico e político.

No final da década de 1960, o movimento de mulheres denominado genericamente de feminismo ocupou parte importante no cenário dos movimentos sociais em alguns países do Ocidente, especialmente nos Estados Unidos da América, França, Itália, Espanha, Brasil, Argentina, Chile e México, entre outros. Neste contexto, as mulheres passaram a ocupar os espaços públicos, organizaram passeatas, protestos e alegavam que “o pessoal é político”. Estas mulheres, que foram se construindo como feministas, passaram a questionar “a ideia de que homens e mulheres estavam predestinados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade: ao homem o mundo externo, à mulher, por sua função procriadora, o mundo interno”. (ALVES; PITANGUY, 1982, p. 85)

Neste contexto, as militantes feministas que atuavam como professoras no ambiente universitário passaram a problematizar o lugar das mulheres na sociedade, levantando questões que as ciências humanas hegemônicas não contemplavam, tais como: “Se a função de fêmea não basta para definir a mulher, se nos recusamos também a explicá-la pelo “eterno feminino” e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, que há mulheres na Terra, teremos que formular a pergunta: o que é uma mulher?”(BEAUVOIR, 1970: 9); “[como a fêmea da espécie humana] se torna uma mulher oprimida?”(RUBIN, 2017: 10); “Por que (e desde quando) as mulheres são invisibilizadas como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana?” (SCOTT, 1990: 93). Como afirma a historiadora e educadora feminista, Guacira Lopes Louro:

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência [sic] a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência. (LOURO, 2014, p. 21)

Com isso, no final da década de 1960, a historiografia que até então havia tentado silenciar as vozes das mulheres enquanto protagonistas da história, foi duramente questionada pelas feministas estadunidenses da chamada “segunda onda”, desdobrando-se em ativismo político e produção acadêmica. Foi justamente nesse período que as mulheres passaram a inserir a experiência feminina em várias áreas do conhecimento científico, tais como Antropologia, História, Sociologia e Psicologia. Neste contexto, as mulheres brancas, urbanas, letradas, de classe média e cisgêneras, inspiradas pelos livros *O Segundo Sexo* (1949) da filósofa francesa Simone de Beauvoir e *A Mística Feminina* (1963) da psicóloga e ativista feminista estadunidense Betty Friedan, criaram fóruns de discussão sobre as experiências femininas - leia-se heterossexual, branca, de classe média e urbana. As fontes escolhidas para esses estudos e indagações eram diários, cartas e romances, e em grande parte das abordagens, utilizavam os aportes teóricos propostos por duas epistemologias que estavam em voga, o marxismo e a psicanálise freudiana (LOURO, 2014).

No campo da História, foi a partir da historiografia francesa - mais especificamente com a terceira geração da escola do *Annales* - que as mulheres foram inseridas como objeto de estudo dos/as historiadores/as. Em um primeiro momento, entre o final da década de 1960 e o início de 1970 os/as historiadores/as se apoiaram nos aportes teórico-metodológicos propostos pela História Social para estudar as experiências das mulheres brancas. Essa vertente de pesquisa, baseando-se na corrente do pensamento marxista como ponto norteador, prioriza uma abordagem que parte da divisão sexual do trabalho.

Já em meados dos anos 1970, outras correntes teórico-metodológicas surgem, tais como a História das Mentalidades e a História Cultural. Os/as historiadores/as passaram a incluir em seus campos de estudos novos objetos como o corpo, o casamento, a vida privada e a sexualidade, forjando novos conceitos para análise, tais como o de Mentalidades, Representação e

Imaginário⁴, e dialogando com outras áreas do conhecimento, tais como e Antropologia, Sociologia, Linguística, Psicanálise⁵.

Com certa margem de segurança, pode-se afirmar que dois livros foram fundamentais para a (re)construção do movimento feminista no século XX. São eles *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos* e *O segundo sexo: A experiência Vivida* da filósofa francesa Simone de Beauvoir, publicados em 1949. Neles, a autora desenvolveu uma análise acerca da opressão sofrida pelas mulheres a partir de três áreas de conhecimento distintas, a biologia, o materialismo histórico e a psicanálise freudiana. Esses três eixos de pesquisa influenciaram as teóricas feministas até meados de 1970.

Beauvoir foi uma das primeiras intelectuais feministas, no campo da filosofia, a questionar as ideias de “sexo” e “determinismo biológico”, problematizando o que as feministas da década de 1980 chamariam de sistema sexo-gênero, caracterizado pelo entendimento sócio-cultural de que vagina e útero são determinantes para caracterizar o gênero feminino, cujo “destino natural”, no interior da divisão sexual do trabalho, seria o de gestar e parir bebês, cuidar dos afazeres domésticos e manter relações afetivo-sexuais com homens, de preferência seus próprios maridos. Já no início do segundo volume do livro *O Segundo Sexo* ela afirma que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico e econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir o indivíduo como um *Outro*. (BEAUVOIR, 1970, p.9)

Beauvoir apontou para a existência de uma ontologia do sujeito “mulher”, produzido por um saber-poder que é político e carregado de autoridade. Os defensores desse saber evocam uma feminilidade metafísica

⁴ Para uma introdução aos conceitos, conferir: CARDOSO, Flamarion Silva; VAINFAS, Ronaldo(Org.). *Domínios da história* : ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997; PESAVENTO, Sandra J. *História & história cultural*. -2.ed. - Belo Horizonte : Autêntica, 2004; CHARTIER, Roger: *A história cultural entre praticas e representações*; tradução de Maria Manuela Galhardo. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil ; 1990; CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estud. av.* [online]. 1991; SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos* / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. -2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009. PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário”. In: *Revista Brasileira de História. Representações*, vol. 15, n. 29. São Paulo: Contexto, 1995.

⁵ Para ver a genealogia da História das Mulheres consultar: SOIHET, Rachel. *História das mulheres*. IN_ CARDOSO, Flamarion Silva; VAINFAS, Ronaldo(Org.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997 e SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1992, p.64-65.

e a-histórica, e em certo sentido questionam a perspectiva biológica determinista. A este respeito a filósofa francesa escreve que “a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *outro*? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana.” (BEAUVOIR, 1970: 57).

Tais reflexões inspiraram ativistas e intelectuais feministas, especialmente na França e nos Estados Unidos, a desenvolverem pesquisas, sobretudo dentro das Universidades. É neste contexto que surgem os *Women's Studies*, Estudos da Mulher. Como afirma Guacira Lopes Louro, “os estudos iniciais se constituem, muitas vezes, em descrições das condições da vida e de trabalho das mulheres em diferentes instâncias e espaços” (LOURO, 2014, p.20-21). Ela ainda afirma que tais estudos “apontam ou comentam as desigualdades sociais, políticas, econômicas, jurídicas, denunciando a opressão e o submetimento feminino. Contam, criticam e algumas vezes, celebram as “características” tidas como femininas”(idem).

2- Gênero como categoria analítica: problematizando masculinidades e feminilidades

Os Estudos Feministas trataram de inserir a mulher como sujeito histórico em diversas áreas do conhecimento científico, muitas vezes sob o risco de colaborar com a essencialização de alguns estereótipos do “ser mulher”. Desta forma, tornou-se fundamental um campo de estudos que problematizasse a construção do sujeito “mulher”, estendendo o espectro da análise para a construção da masculinidade, a partir de uma abordagem relacional. Esse movimento fazia parte de uma tentativa de fugir do determinismo biológico e do universalismo. É a partir dessas inquietações que surgem os Estudos de Gênero.

Um marco importante para a constituição desse campo dos Estudos de Gênero foi o lançamento, em 1975, do ensaio “*O tráfico de mulheres: Nota sobre a Economia política do sexo*”, escrito pela antropóloga feminista Gayle Rubin, primeira teórica feminista a se apropriar do conceito de

gênero⁶ para localizar a opressão das mulheres heterossexuais e homossexuais, e dos homens homossexuais. Para tanto apropriou-se do conceito “troca de mulheres” do filósofo e antropólogo francês Claude Levi-Strauss, usado para descrever o funcionamento de sociedades pré-estatais, que se organizavam por meio das relações de parentesco, na Nova Guiné.

Na tentativa de escapar do determinismo biológico, do universalismo e do heterossexismo implícitos na teoria do antropólogo, Gayle Rubin chama a atenção para o fato de que os papéis sociais de homens e mulheres em algumas sociedades não-ocidentalizadas, não eram definidos pelo sistema sexo-gênero, que segundo ela, “(...) consiste numa série de arranjos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana”(RUBIN, 2017, p.19). Neste mesmo ensaio, contudo, ela chega a uma definição de gênero ainda circunscrita pelos limites do sistema sexo/gênero e do binômio natureza/cultura.

Gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente. É um produto das relações sociais de sexualidade. Homens e mulheres são, naturalmente diferentes (do ponto de vista anatômico) (...). Mas a ideia de que homens e mulheres são duas categorias mutuamente excludentes deve ter origem em algo que não uma posição “natural”, que na verdade não existe. Longe de ser uma expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero é a supressão das semelhanças naturais. Ela exige a repressão: no homem, de qualquer versão de traços “femininos”; nas mulheres, a de traços definidos como “masculinos”. A divisão dos sexos resulta na repressão de algumas características de personalidade de praticamente todo mundo, homens e mulheres. O mesmo sistema social que oprime as mulheres em suas relações de troca, oprime a todo mundo em sua insistência numa rígida divisão de personalidade. (idem, 2017, p.31)

Segundo Donna Haraway (2004), a proposta de Rubin foi tão sedutora que a partir dos anos 1980, o uso do conceito “gênero” em pesquisas acadêmicas de cunho feminista tornou-se pujante. Pesquisadoras feministas almejavam usar o conceito em seus trabalhos com o objetivo de apontar como ocorre as construções de feminilidades e masculinidades em um dado

⁶ O conceito de gênero foi utilizado pela primeira vez nos anos 1950 pelo endocrinologista John Money e popularizou na publicação do livro *Sex and Gender* (1968) pelo psicanalista Robert Stoller, “Ele formulou o conceito de identidade de gênero no quadro da distinção biologia/cultura, de tal modo que sexo estava vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e gênero à cultura (psicologia, sociologia)” in: HARAWAY, Donna. Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu* (22) 2004: p.201-246.

contexto histórico, no interior de uma cultura.(HARAWAY, 2004). Guacira Lopes Louro ressalta que

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai construir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente construiu sobre os sexos. (2014, p. 25).

Nesse sentido, as pesquisadoras feministas recusavam as formulações elaboradas nos campos da medicina e da biologia. De acordo com essas perspectivas, o “sexo biológico” designaria um destino último para os machos e fêmeas da espécie humana. Esses saberes construíram e legitimaram o binarismo de gênero e uma sexualidade-referência, a heterossexualidade.

Aprofundando a questão do gênero enquanto categoria analítica para o campo da História, em 1989, historiadora estadunidense Joan W. Scott publicou o artigo *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* (1990). Neste texto, Scott faz um levantamento historiográfico de alguns trabalhos realizados ao longo de 1970 a 1980, no campo da História, com destaque para aqueles que utilizaram os aportes teóricos do marxismo e da psicanálise para explicar a opressão das mulheres. Scott tece críticas às abordagens que trazem em seus títulos a palavra “gênero” mas utilizam o conceito sob a velha roupagem da História das Mulheres. A autora ressalta que essa vertente de pesquisa teve pouco impacto na historiografia, pois colocou as mulheres em uma esfera diferente da “história dos homens”. De acordo com Joan Scott, tradicionalmente, a história considerada séria era a chamada História Política, escrita por homens para enaltecer feitos de outros homens, invisibilizando as mulheres como sujeitos históricos.

Ao defender o rompimento com os binarismos que forjaram as epistemologias ocidentais e através dos quais a cultura ocidental opera, como natureza/cultura e homem/mulher, Joan W. Scott se aproxima da perspectiva do pós-estruturalismo francês, no qual se destacam as obras dos autores Michel Foucault (*História da sexualidade vol.I*) e Jacques Derrida

(*Gramatologia*). Deste último, Scott utiliza se apropria do desconstrutivismo como uma ferramenta eficaz para romper com tais binarismos e historicizar a construção das hierarquias sociais baseadas em gênero, sexualidade, etnia, raça e classe. Para ela:

[...] Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) Segundo – conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino (SCOTT, 1990: 86)

Sendo assim, a historiadora nos instiga a pensar sobre a produção discursiva do gênero, da sexualidade, da raça e da classe por meio dessas quatro proposições: os símbolos elaborados dentro de uma cultura, os conceitos normativos, as organizações e instituições sociais, e a identidade subjetiva. Essas são, para a autora, algumas das possibilidades de pensar, de forma interseccional, gênero, sexualidade, raça e classe.

3- Construindo os Estudos *Queer*.

Nos anos 1980, os estudos feministas que utilizavam o conceito de gênero, somaram contribuições de outros campos em suas pesquisas, como o dos estudos gays e lésbicos, os estudos culturais e o pós-estruturalismo francês. Teóricas feministas como Donna Haraway, Teresa de Lauretis e Joan Scott, foram alguns dos nomes importantes que conectaram, em suas pesquisas, contribuições da vertente pós-estruturalista como Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Jacques Lacan . Como forme acentua Guacira Lopes Louro:

Expressando-se de formas diversas, por vezes aparentemente independentes, feministas e pós-estruturalistas compartilham das críticas aos sistemas explicativos globais da sociedade; apontam limitações ou incompletudes nas formas de organização e de compreensão do social abraçadas pelas esquerdas; problematizam os modos convencionais de produção e divulgação do que é admitido como ciência; questionam a concepção de um poder central e unificado regendo o todo social. (1997, p. 30)

Em 1982, Gayle Rubin, mobilizada pelos estudos sobre sexualidade de Michel Foucault e Jeffrey Weeks, propôs a separação analítica de gênero e sexualidade na conferência *Scholar and Feminist*, no Bernard College, em Nova York. Já em 1984, a apresentação foi publicada na forma de ensaio com o título de “Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade”, onde ela aponta as limitações do feminismo por pensar exclusivamente em gênero e insere a sexualidade como uma categoria útil de análise. Segundo Rubin:

Diferentemente do que afirmei em “O Tráfico de Mulheres”, estou agora argumentando que é fundamental separar analiticamente o gênero da sexualidade para refletir com mais precisão sobre as existências sociais distintas que eles envolvem. Isso se opõe a grande parte do pensamento feminista contemporâneo, que trata a sexualidade como uma derivação do gênero. A ideologia feminista lésbica, por exemplo, tem em grande parte analisado a opressão das lésbicas com base na opressão das mulheres. No entanto, lésbicas também são oprimidas como homossexuais e pervertidas, devido a uma operação da estratificação sexual, não de gênero. (RUBIN, 2017, P.125)

O filósofo espanhol Paul B. Preciado destaca que no final da década de 1980 as feministas lésbicas (brancas e não brancas) colocaram as questões de sexualidade e de raça para serem analisadas, de forma interseccional, como que num apelo à teoria e ao ativismo feminista e gay e lésbico, para que se questionasse o sujeito político visibilizado, descrito e produzido por esses estudos. Nas palavras do filósofo:

Nos anos 1990, uma nova geração emanada dos próprios movimentos identitários começou a redefinir a luta e os limites do sujeito político “feminista” e “homossexual”. No plano teórico, essa ruptura inicialmente assumiu a forma de uma revisão crítica sobre o feminismo, operada pelas lésbicas e pelas pós-feministas americanas, apoiando-se sobre Foucault, Derrida e Deleuze. Reivindicando um movimento pós-feminista ou *queer*, Teresa de Lauretis, Donna Haraway, Judith Butler, Judith Halberstam (nos Estados Unidos), Marie-Hélène Bourcier (na França), mas também as lésbicas chicanas como Gloria Andalzua e as feministas negras como Barbara Smith e Audre Lorde, atacaram a naturalização da noção de feminilidade que havia sido, inicialmente, a fonte de coesão do sujeito do feminismo. A crítica radical do sujeito unitário do feminismo, colonial, branco, proveniente da classe média alta e dessexualizado foi posta em marcha. (PRECIADO, 2019 p. 427-429)

A partir destas questões irá surgir o que Teresa de Lauretis nomeou, em uma conferência na Califórnia, “*Queer Theory*”(DE LAURETIS, 2010). E o que seria *Queer* nesse contexto?

Guacira Lopes Louro, lendo Judith Butler e Eve Sedwick, escreveu que o “*Queer* pode ser traduzido por estranho, ridículo, talvez excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais e trans”. (LOURO, 2004, p.38)”

No Brasil, podemos fazer equivalência de *queer* com as expressões “viado”, “bicha”, “baitola”, “sapatão” e “traveco”, que servem de injúria contra dissidentes de gênero. E quais os objetivos da teoria *queer*? Segundo o sociólogo brasileiro Richard Miskolci:

(...) Teoria *Queer* é um rótulo que busca abarcar um conjunto amplo e relativamente disperso de reflexões sobre a heterossexualidade como um regime político-social que regula nossas vidas. Tratam-se de regulações sexuais e de gênero socialmente impostas que criam e mantêm desigualdades de toda ordem, em especial no menor reconhecimento político e de direitos daquelas pessoas cuja sexualidade e/ou o gênero entram em desacordo com as normas sociais. (...) Em outras palavras, as reflexões *queer* afirmam que a ordem política e cultural da heterossexualidade compulsória garante os privilégios políticos, culturais e até econômicos daqueles/as que vivem dentro de suas prescrições.(MISKOLCI, 2014, p.9)

Neste campo de estudos, podemos citar alguns nomes que contribuíram (para além dos já citados) com a gestação dos Estudos *Queer*, tais como as teóricas feministas lésbicas, as estadunidense Adrienne Rich, Audre Lorde, Monique Wittig, Gloria Anzaldúa. Rich argumentou que:

A heterossexualidade pode não ser uma “preferência”, mas algo que tem sido imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido por força, o que é um passo imenso a tomar se você se considera livremente heterossexual “de modo inato”. No entanto, o fracasso de examinar a heterossexualidade como uma instituição é o mesmo que fracassar ao admitir que o sistema econômico conhecido como capitalista ou o sistema de casta do racismo são mantidos por uma variedade de forças, incluindo tanto a violência física como a falsa consciência. (2010, p. 345)

Em síntese, os Estudos *Queer* emergem a partir do encontro dos estudos culturais estadunidenses, para ser mais preciso, da conexão dos estudos feministas e dos estudos gays e lésbicos com o pós-estruturalismo

francês. Tal conexão problematiza a concepção clássica do sujeito, rompendo com o sujeito cartesiano e sua máxima “penso logo existo”. (LOURO, 2004).

4- A teoria da performatividade de gênero de Judith Butler

No ano de 1990 a filósofa estadunidense Judith Butler publicou *Gender Trouble: Feminism and the subversion of Identity*. O livro foi traduzido para o português como “*Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da identidade*”, em 2003. Nele, Butler propõe fazer uma “genealogia da ontologia de gênero”, além de pensar teoricamente a categoria “sexo”, a partir da análise dos discursos de alguns campos disciplinares, como as teorias feministas, a antropologia estrutural e a psicanálise. Neste movimento, a filósofa criticou os/as teóricos/as que utilizaram o conceito de gênero para inferir que o mesmo é uma construção social que se dá sobre um corpo sexuado. Ela alega que tal afirmação acaba por colocar o “sexo” como pré-discursivo. Segundo Butler:

Em algumas explicações, a ideia de que gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a cultura constrói o gênero nos termos de um conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2016, p. 28-29.)

Com isso, a filósofa estadunidense alega que o gênero não é uma essência de um corpo sexuado e sim o efeito de enunciados *performativos* que passam a marcar os corpos e a modelar seus movimentos. Os enunciados são repetidos ao longo do tempo e seu efeito incide diretamente sobre os corpos. “Consideramos o gênero, por exemplo, como um estilo corporal, um “ato”, por assim dizer, que tanto é intencional como *performativo*, onde “*performativo*” sugere uma construção dramática e contingente do sentido”. (BUTLER, 2017, p. 240) (grifos da autora).

Essa tese contesta a formulação da perspectiva de gênero do feminismo essencialista, que entende o gênero como uma essência do ser; e do feminismo construtivista, que compreende o gênero como uma espécie de

“marca” que se dá sobre um sexo pré-discursivo. Segundo Butler, ambas as perspectivas estão ancoradas na ontologia da metafísica da substância, que entende o gênero como sendo a essência de um corpo feminino ou masculino. Segundo a filósofa:

(...) palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social. (...) Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e externo do gênero, ilusão mantida decisivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reguladora (BUTLER, 2016, p. 235)

Nas sociedades ocidentais heteronormativas, o *status* de humanidade é garantido através da identidade de gênero, ou seja, não há o reconhecimento de corpos que não estejam em um dos lados do mecanismo binário de identificação, masculino ou feminino. O ato de nomear a genitália humana acaba por desencadear todo um processo que se põe como coerente e que só faz sentido na matriz heterossexual. Por exemplo, de alguém que nasça com uma genitália classificada como pênis, espera-se que performe o gênero convencionado como masculino e que seu desejo sexual seja direcionado a uma mulher, e vice-versa. Pode-se afirmar que antes mesmo do nascimento de uma criança, as normas que guiarão sua performatividade de gênero já estão em funcionamento de forma absolutamente naturalizada. Para a manutenção da norma, a sociedade estruturou um policiamento rígido das fronteiras de gênero, por meio de exclusões e do uso de violência homofóbica e transfóbica. Todos/as que fogem da matriz heterossexual (sexo- gênero-desejo-prática sexual) são punidos. Essa é uma forma de assegurar a construção do gênero sob a ótica da heterossexualidade compulsória. Nas palavras da filósofa estadunidense:

(...) gênero é uma performance com consequências claramente punitivas. Os gêneros distintivos são parte do que humaniza os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero. Os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos não haveria gênero algum, pois não há nenhuma essência que o gênero expresse ou exteriorize, nem tampouco um ideal objetivo ao qual aspire. Assim, o gênero é uma construção que oculta sua gênese; o acordo coletivo tácito de exercer, produzir e sustentar gêneros distintos e polarizados como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade dessas produções - e pelas punições que penalizam a recusa a acreditar neles” (BUTLER, 2016, p. 198-199)

Judith Butler, a partir da análise da *performance* de uma *drag queen*, personagem do filme *Problemas femininos*, escreve: “Seria a *drag* uma imitação de gênero, ou dramatizaria os gestos significantes mediante os quais o gênero se estabelece?” (BUTLER, 2016, p.9). A *drag* ao se valer de alguns acessórios do sexo/gênero oposto, e exagerar no processo de se montar, ao usar ao mesmo tempo maquiagem, sapato de salto muito alto, roupas brilhantes e extravagantes, cílios postiços, gestuais exagerados, demonstra, neste ato paródico, a construção do gênero. A *drag* perturba, pois, ao mimetizar o sexo/gênero oposto, evidenciando a construção do gênero. Segundo Butler:

A performance da drag brinca com a distinção entre anatomia do performista e o gênero que está sendo performado. Mas estamos, na verdade, na presença de três dimensões contingentes da corporeidade significante: sexo anatômico, identidade de gênero e performance de gênero. Se a anatomia do performista já é distinta de seu gênero, e se os dois se distinguem do gênero da performance, então a performance sugere uma dissonância não só entre sexo e performance, mas entre sexo e gênero, e entre gênero e performance.” (BUTLER, 2016, p.196.)

Em *Problemas de gênero*, Judith Butler define gênero como efeito de um discurso promovido pelas instituições sociais por meio da produção performativa de ontologias. Os críticos da tese levantada pela filósofa acusam a mesma de ter reduzido o gênero a uma performance teatral. Na perspectiva de alguns de seus críticos, o sujeito poderia escolher voluntariamente o gênero. Após receber tais críticas, Butler escreve e publica o livro *Corpos que importam: sobre os limites discursivos do sexo*, onde explica que o gênero - a sexualidade, a raça e a classe - é o efeito de práticas linguísticas-discursivas. O conceito de performatividade é inspirado na perspectiva da teoria do filósofo John Austin, segundo Butler

(...) a performatividade deve ser compreendida não como um ato singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. O que, eu espero, se tornará claro no que vem a seguir é que as normas regulatórias do sexo trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (BUTLER, 2019, p. 16)

Judith Butler irá reiterar que o gênero não pode ser entendido segundo as concepções do feminismo construtivista, que vê o sexo como natural, pré-linguístico e pré-discursivo, de modo que o gênero viria sobrepor-se ao sexo. Para isso, ela se vale do conceito de interpelação, que ela prefere chamar de “interpelação fundante”. Segundo Butler:

Consideremos a interpelação médica que, apesar da emergência recente das ecografias, transforma uma criança, de um ser "neutro" em um "ele ou em uma "ela": nessa nomeação, a garota torna-se uma garota, ela é trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do gênero. Mas esse tornar-se garota da garota não termina ali; pelo contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades, e ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma. (2019, p.25)

Na atualidade, antes de um bebê vir ao mundo ele/a já possui um sexo/gênero definido pelo sistema sexo-gênero que impera em nossa sociedade heteronormativa. Como alega a filósofa, a partir da interpelação do médico adentramos em um sistema linguístico que possui rígidas normas sociais e tais normas prescrevem formas de ser e agir no mundo. A materialização do significado que se dá sobre um sexo deve ser compreendida como uma prática reiterativa que possui historicidade, ou seja, as normas são citadas em intervalos de tempo por várias autoridades, como afirma Butler. Esse período de tempo abre espaço para a contestação das leis regulatórias que tentam materializar o sexo. Como afirma Butler: “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta.”

Buscando ampliar o debate acerca dos estudos histórico-culturais sobre a formação das práticas discursivas e dos processos hermenêuticos de significação e constituição dos sujeitos generificados, e em profundo diálogo

com o conceito de performatividade de Butler, apresentamos brevemente uma importante crítica feita por Seyla Benhabib, em seu texto “Subjetividade historiografia e política: reflexões sobre o debate feminismo/pos-modernismo” a alguns conceitos de Butler, em especial às noções de agência e identidade. Para a autora, quando Butler diz que o sujeito não precede a linguagem mas é antes, constituído por ela e portanto, é culturalmente construído e investido de uma capacidade de mediação reflexiva – o que Seyla chama de agência – , ela questiona como essa capacidade reflexiva escaparia da imersão cultural na medida em que ser constituído pelo discurso é ser determinado por ele, o que comprometeria e quiçá, impediria a própria possibilidade de agência reflexiva dos sujeitos generificados.

Em tal modelo, [o de Butler] “cultura” e “discurso” complicam o sujeito, mas não o constituem inteiramente já que a ideia da existência de um ponto de agência reflexiva por parte do sujeito, não determinada pela cultura e nem pelo discurso, só pode ser estabelecida recorrendo ao recurso que considera a existência de um “eu” pré-discursivo, mesmo se esse “eu” for encontrado no meio de uma convergência discursiva, mesmo sendo *constituído e determinado* pelo discurso, já que a determinação por si só, impede a possibilidade de agência. (BENHABIB, 2018 p.171)

Nesse sentido, para Seyla, a questão principal que a teoria da performatividade de Butler suscita seria “como é possível ser constituído pelo discurso sem ser determinado por ele? A partir dessa crítica, devemos acrescentar outras tantas reflexões importantes que surgem e que configuram um escopo de análise importante para os estudos de gênero, a saber: pensar sobre a possibilidade de existência de linhas de fuga, através da agência reflexiva, frente aos aparatos normativos dos gêneros; buscar entender qual seria a capacidade dos agentes humanos para a autodeterminação (medição reflexiva) e pensar sobre a possibilidade da existência de lugares de ressignificações, deslocamentos subversivos e modos de resistência aos discursos hegemônicos de uma sociedade patriarcal cisheteronormativa como a nossa.

5. A contrassexualidade de Paul B. Preciado

O filósofo espanhol Paul B. Preciado, através de leituras cruzadas das obras de Karl Marx, Gayle Rubin, Monique Wittig, Michael Foucault, Donna Haraway, Teresa de Lauretis, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Jacques Derrida e Judith Butler (só para citar alguns), entra no debate sobre gênero em uma perspectiva *queer* pós-colonial tecida em seu livro *Manifesto Contrassexual: Práticas subversivas de Identidade Sexual*.

Assim como Judith Butler, ele questiona: “como se aproximar do sexo enquanto objeto de análise? Que dados históricos e sociais intervêm na produção do sexo? O que é o sexo?” (PRECIADO, 2014, p.18). Assim como as/os outras/os teóricas/os *queer*, o filósofo coloca a heterossexualidade em xeque. A mesma é tida como natural em boa parte das epistemologias ocidentais. Preciado, seguindo a tese de Monique Wittig, vê a heterossexualidade não como uma prática sexual, mas como um regime político que regula os corpos. Neste movimento, ele elabora um conceito, a contrassexualidade:

A contrassexualidade tem por objeto de estudo as transformações tecnológicas dos corpos sexuais e generificados. Ela não rejeita a hipótese das construções sociais ou psicológicas de gênero, mas as ressitua como mecanismos, estratégias e usos em um sistema tecnológico mais amplo. (...) A contrassexualidade supõe que o sexo e a sexualidade (e não somente o gênero) devem ser compreendidos como tecnologias sociopolíticas complexas; que é necessário estabelecer conexões políticas e teóricas entre o estudo dos dispositivos e dos artefatos sexuais, e os estudos sociopolíticos do sistema sexo/gênero.(PRECIADO, 2014, p.24-25)

Preciado propõe que o conceito de contrassexualidade seja operado no sentido de desconstruir o corpo, revelando como o mesmo fora discursivamente construído pelo discurso que materializa a matriz heterossexual e viabiliza o projeto da burguesia iniciado no século XIX, bem descrito por Michel Foucault (2016) em sua *História da Sexualidade*.

Ainda segundo Paul B. Preciado, o conceito contrassexualidade trata de uma resistência ao regime disciplinar que é imposto sobre nossos corpos. O autor argumenta que o gênero não deve ser compreendido apenas como efeito de enunciados performativos, ou seja, linguísticos-discursivos que elaborariam uma performance, tal como afirma Judith

Butler. Para o filósofo espanhol, o gênero e a sexualidade são prótético. Para sermos legitimados enquanto homens ou mulheres, incorporamos ao nosso corpo próteses, tais como roupas, bijuterias, silicones, hormônios, cosméticos, cirurgias estéticas, cirurgias de redesignação sexual (vaginoplastia e faloplastia, por exemplo).

Seguindo Michel Foucault e Donna Haraway, Preciado afirma que o “sexo” é tecnológico, ou seja, é construído, e que até as contribuições teóricas da bióloga feminista Donna Haraway, as teóricas feministas haviam reduzido as tecnologias do sexo às tecnologias reprodutivas. Esse tipo de teorização acabava por cair na cilada da essencialização da categoria mulher, que acabaria fazendo com que o corpo feminino fosse identificado como a sexualidade em sua função reprodutiva, desencadeando a interpretação de que o corpo da mulher poderia ser dominado e explorado.

Simultaneamente a essa perspectiva teórica, que Preciado nomeia como feminismo essencialista, emergiu proposta da teoria feminista construtivista, denominada, como vimos acima, de teoria de gênero, que preferimos chamar de Estudos de Gênero. O filósofo espanhol afirma que esse feminismo falhou ao não compreender a identidade de gênero masculino como também construída. Segundo ele:

Enquanto o feminismo essencialista se retraiu em posições conservadoras sobre a maternidade, a reprodução e o respeito da diferença feminina, o chamado feminismo construtivista, por sua vez, apesar de ser intelectualmente muito mais ágil graças à articulação das diferenças em torno do “gênero”, também caiu em uma armadilha. Primeiro, ao insistir no fato de que a feminilidade seria o resultado artificial de toda uma série de procedimentos tecnológicos de construção; a masculinidade, que não precisaria se submeter a seu próprio poder tecnológico, aparece agora como paradoxalmente natural. A única natureza que permanece seria, assim, a masculinidade, enquanto a feminilidade estaria submetida a um incessante processo de construção e modificação. (PRECIADO, 2018 p.153-154)

6 - A Era Farmacopornográfica e a sexopolítica

No livro *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na Era Farmacopornográfica*, Paul B. Preciado descreve o processo de intoxicação voluntária de testosterona sintética em gel (Testogel), a que ele se submeteu no contexto em que se identificava como mulher lésbica. Mediante o processo do uso de testogel o filósofo reflete sobre capitalismo, sexo, gênero, raça e

corpo no capitalismo no século XX, pós-fordista. Ele argumenta que desde 1950, estaríamos entrando em um novo regime de poder que tem em vista a produção do corpo e da subjetividade. Ele escreve:

Após a Segunda Guerra Mundial, o contexto somatopolítico da produção tecnopolítica do corpo parece denominado por uma série de novas tecnologias do corpo (biotecnologia, cirurgia, endocrinologia, engenharia genética etc.) e da representação (fotografia, cinema, televisão, internet, videogame etc) que infiltram e penetram como nunca a vida cotidiana. Trata-se de tecnologias biomoleculares, digitais e de transmissão de informação em alta velocidade. Esta é a era das tecnologias suaves, ligeiras, viscosas e gelatinosas que podem ser injetadas, inaladas-“incorporadas”. A testosterona que eu utilizo é das novas tecnologias gelatinosas. (PRECIADO, 2018, p. 84-85)

Preciado conceitua esse terceiro regime de produção de subjetividade como farmacopornográfico. Segundo ele, esse regime é caracterizado por duas esferas de saber-poder, sendo eles: farmacopoder e pornopoder. O filósofo espanhol se pergunta “como o sexo se converte no centro da atividade política e econômica atual e qual sua relação com produtos farmacocômicos”. Cruzando leituras dos textos de Donna Haraway, Teresa de Lauretis e Michel Foucault, Preciado chega a uma definição de gênero, Tecnogênero;

O gênero farmacopornográfico não é uma metáfora nem uma ideologia; não pode ser reduzido a performance: é uma forma de tecnocologia política. A certeza de ser homem ou mulher é uma bioficção somatopolítica produzidos por um conjunto de tecnologias do corpo, técnicas farmacológicas e audiovisuais que determinam e definem o alcance das nossas potencialidades somáticas e funcionam como próteses de subjetivação. (PRECIADO, 2018, p.127).

O autor alega que o conceito “gênero” está longe de ser uma criação dos Estudos Feministas. Ele surge após a Segunda Guerra mundial, tendo sido apropriado pelo psicólogo estadunidense John Money para “tratar” os bebês interssexuais (inicialmente chamados de hermafroditas). A noção de gênero foi utilizada pela primeira vez em 1947, desenvolvida mais tarde por Anke Ehrb e John e John Hampson para falar sobre a possibilidade de modificação hormonal e cirúrgica dos bebês nascidos com os órgãos genitais e/ou cromossomos que a medicina não pode classificar nem como masculino nem como feminino.

Para o filósofo espanhol, os bebês intersexo colocavam em xeque a *matriz heterossexual*, presente nos discursos religioso-médico-jurídico. Preciado reporta em seu livro que o sistema econômico baseado no fordismo estava declinando devido às crises de energia e também e pela diminuição da cadeia de produção. O sistema capitalista estava sendo reorganizado.

Buscaram-se novas formas de movimentar a economia global, as indústrias de bioquímica, eletrônica e informática tornaram-se os novos alicerces do capitalismo pós-fordista. Para compreender como o capitalismo ou, como prefere Paul, “tecnocapitalismo”, se relaciona com o projeto *sexopolítica*, ou seja, como se chega à gestão técnica biopolítica do corpo, sexo, gênero e sexualidade, situaremos cronologicamente algumas transformações e intervenções no corpo humano apontadas por Preciado que produziram o pós-humano, o *Cyborg* na expressão de Donna Haraway.

Preciado prefere utilizar os termos “*Tecnogênero*” e “*Tecnossexualidade*” para dar conta das transformações e mutações corporais ocorridas na era da “economia-mundo” *farmacopornográfica*, constituídas de técnicas biomoleculares e midiáticas capazes de criar ficções somáticas. Temos drogas (com bulas e sem bulas), iconografia e material audiovisual para todos os gostos no mercado. Tais mercadorias são capazes de modificar a subjetividade do sujeito e constroem a materialidade do corpo. Nesta perspectiva, o corpo não é só efeito de atos linguísticos-discursivo, *performativos*, como aponta Judith Butler, o corpo também é prostético.

Cabe aqui uma provocação/indagação: até que ponto as mesmas tecnologias farmacopornográficas, capazes de (re)construir a materialidade dos corpos e (re) subjetivar os sujeitos, potencializando assim uma atitude subversiva e possibilitando um ponto de fuga importante do sistema sexo-gênero, não estariam funcionando, ao contrario, como afirmadores do mesmo sistema.

Considerações finais

O artigo buscou traçar um percurso teórico-metodológico que partiu da incorporação, pela academia, de algumas das pautas do movimento

feminista estadunidense conhecido popularmente como a “segunda onda”, passando pelo surgimento dos *Women’s Studies*, pela consolidação do campo da Teoria de Gênero e dos Estudo *Queer* e culminando no debate entre algumas das principais ideias desenvolvidas por Judith Butler e Paul B. Preciado, foco desse artigo.

Vimos que a interpelação de pesquisadoras feministas em relação a constituição do sistema sexo-gênero teve uma importante ressonância para construção e institucionalização dos Estudos Gênero, que por sua vez conectou-se com o pós-estruturalismo francês, que fazia a crítica ao sistema sexo/gênero e a sua essencialização, e propunha a compreensão do gênero como sendo um efeito da linguagem, constituído por quatro aspectos, a saber, símbolos culturalmente disponíveis, conceitos normativos, relações de poder e identidade subjetiva.

A construção dos estudos *queer* e as contribuições teóricas de Judith Butler e de Paul B. Preciado para o debate, evidenciou as tensões teórico-metodológicas que constituem esse campo de pesquisa. Butler argumentou em *Problemas de gênero e Corpos que importam*, que o gênero é efeito de práticas linguísticas, discursivas e de enunciados performativos, que constroem a materialidade dos corpos dentro do que ela chama de matriz heterossexual. Na construção do seu pensamento, o gênero torna-se um estilo corporal pela interpelação e repetição de discursos que constroem experiências subjetivas masculinas e femininas. Esses enunciados performativos ganham força pelo fato de serem reproduzidos por várias autoridades (médicos, pais, pedagogas, padres, juízes) no âmbito da cultura, ao longo do tempo. As reflexões de Butler tiveram um impacto significativo nos estudos feministas, atraiu atenção e a crítica de teóricas/os feministas em vários momentos, como as feitas por Syela Benhabibi e Paul B. Preciado.

Butler, ao revisar seus ensaios de *Problemas e gênero* e *Corpos que importam*, escreveu no prefácio, após nove anos do lançamento da sua primeira edição:

Se eu fosse reescrever este livro nas atuais circunstâncias, incluiria uma discussão sobre transgênero e intersexualidade, sobre a maneira como o dimorfismo de gênero ideal é ativado em ambos os

tipos de discurso, sobre as diferentes relações com a intervenção cirúrgica que essas preocupações sustentam. Eu também incluiria uma discussão sobre sexualidade racializada e, em particular, sobre como tabus contra a miscigenação (e a romantização da troca sexual interracial) são essenciais para as formas naturalizadas e desnaturalizadas que o gênero adota. (BUTER, 2022, p.207).

Muitas das propostas expressas foram incorporadas em seu terceiro livro sobre gênero, *Desfazendo gênero* (2022). No ensaio “fazendo justiça a alguém: a redesignação sexual e as alegorias da transexualidade”, a filósofa reflete sobre o caso de David Reimer, um garoto cisgênero, que devido a um acidente cirúrgico para retificar fimose, seu pênis foi cortado, e o saber médico forçou David a se conformar com a identidade transexual, tornando-o Brenda. No entanto, os protocolos médicos de produção de gênero, por meio de intervenção cirúrgica e aconselhamentos psicológicos baseados nas teorizações de gênero do Dr. John Money, causou uma série de danos irreversíveis em David, que viveu como Brenda a adolescência toda, apresentando depressão e tendências suicidas, até fazer uma cirurgia de reparação do órgão genital perdido, casar-se, separar-se e se suicidar, quando tinha 38 anos. Sua história ficou conhecida após a BBC veicular o documentário que foi ao ar como “O caso de Joan/John”.

Paul B. Preciado, tece críticas à filósofa em seu livro *Manifesto contrassexual*, e argumenta que Judith Butler deu pouca ênfase à materialidade dos corpos, ao não refletir sobre as intervenções técnicas, tais como a intervenção cirúrgica e hormonal, no caso dos bebês intersexo, e também nas alterações corporais de pessoas transgêneros, transexuais e sobre os processos enfrentados por essas pessoas na aquisição de cidadania (PRECIADO, 2014, p.93-94). Para o filósofo, sexopolítica, “é uma das formas dominantes da ação bipolarizada no capitalismo contemporâneo”(idem, 219, p.421), e continua: “o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e feminilidade) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida”(idem, p.421).

Preciado nos direciona a pensar sobre a produção subjetiva da identidade por meio do controle que se exerce não só de fora para dentro, mas sobretudo de dentro para fora, através de uma série de novas tecnologias do corpo -

biotecnologia, cirurgia, endocrinologia, engenharia genética, hormônios, testosterona, coquetel antiaids, antidepressivos, ansiolíticos. Assim, o gênero não é uma metáfora, nem uma ideologia, nem tampouco pode ser reduzido à performance. E aqui, acrescentamos: a identidade não é natural. O corpo é tecnologicamente construído. Para o bem e para o mal, ou quiça, para ultrapassar essa dicotomia.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, Graal, 1992.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: Fatos e Mitos*. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.

_____. *O segundo sexo: A experiência vivida*. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.

BENHABIB, Seyla, BUTLER, Judith, CRONELL, Drucilla, FRASER, Nancy. *Debates Feministas. Um intercâmbio filosófico*. SP : Editora Unesp, 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 11ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”*. Tradução Veronica Daminelli, Daniel Yago François- São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.

_____. Prefácio. *Periódicus*, Salvador, n. 16, v.2, set.2021-dez.2021.

_____. *Desfazendo gênero*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CARDOSO, Flamarion Silva; VAINFAS, Ronaldo(Org.). *Domínios da história : ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997; PESAVENTO, Sandra J. História & história cultural. -2.ed. - Belo Horizonte : Autêntica, 2004.

CHARTIER, Roger: *A história cultural entre praticas e representações*; tradução de Maria Manuela Galhardo. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil ; 1990; _____ O mundo como representação. *Estud. av.* [online]. 1991.

DE LAURETIS, Teresa. *Teoría queer: sexualidades lesbiana y gay*. Trad. Mauricio Sáenz Ramirez. In *FLORILEGIO DE DESEOS*, ed. by Mauricio List Reyes and Alberto Teutle López. Mexico City: Ediciones Eón y Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2010, pp. 21-46

HARAWAY, Donna. Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu* (22) 2004.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In____ SILVA, Tomaz Tadeu da.(Org.) *Antropologia do ciborgue : as vertigens do pós-humano*.2ª ed., Belo Horizonte : Autêntica, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, *Sexualidade e educação*: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.38

RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, V. 16, nº2, jul/ dez 1990.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.) *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo, Unesp, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A história das mulheres no Brasil: tendências e perspectivas. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (27), São Paulo, 1987.

SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. –2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário”. In: *Revista Brasileira de História*. Representações, vol. 15, n. 29. São Paulo: Contexto, 1995

PRECIADO, [Paul] Beatriz. *Manifesto Contrassexual*: Práticas subversivas de identidade Sexual. Tradução de Maria paula Gurgel Ribeiro. São Paulo:n-1 edição, 2014.

PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie*: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica: São Paulo: N-1 edições, 2018.

_____. Multidões queer: notas sobre uma política dos "anormais". in: Heloisa Buarque (Org.). *Pensamento feminista- conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazer do tempo, 2019.

VILELA, Fabrício Marçal. *Tecnologia da visualidade [recurso eletrônico]: a representação de gênero e sexualidade no filme A Mulher De Todos (1969)* do cineasta Rogério Sganzerla / Fabrício Marçal Vilela. - 2020. Orientadora: Carla Miucci Ferraresi de Barros. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História.

Recebido em outubro de 2022.

Aprovado em dezembro de 2022.